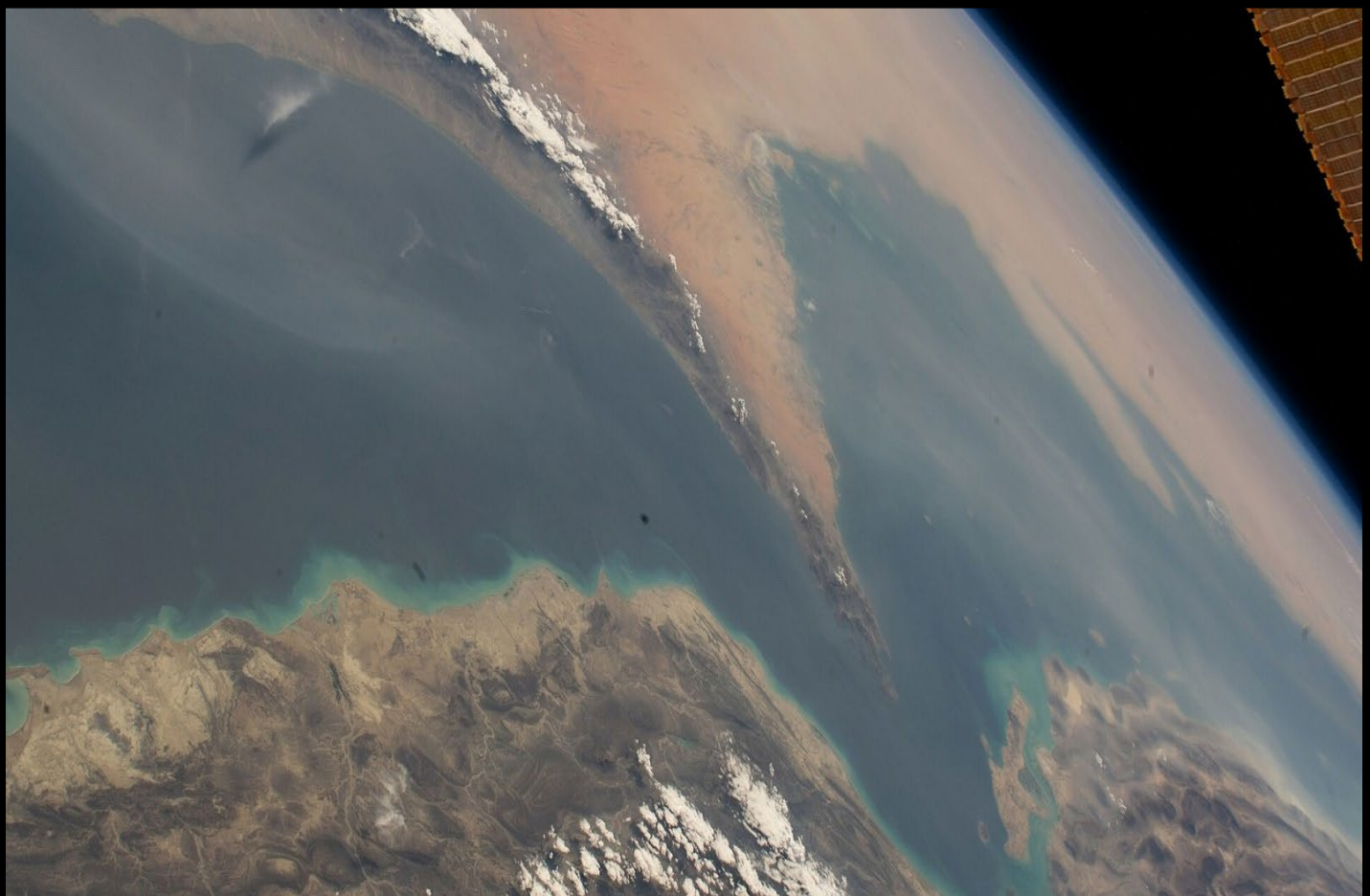




OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 17 – Maio/2026



IMPASSE EM ORMUZ



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 17 - Maio/2026

COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTES NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Elias Jabbour
Flavio Aguiar
José Luís Fiori

Mirelli Malaguti
Pedro Silva Barros
Wagner Sousa
William Nozaki

Foto de capa: *The Strait of Hormuz connects the Gulf of Oman with the Persian Gulf* - NASA

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Strait_of_Hormuz_connects_the_Gulf_of_Oman_with_the_Persian_Gulf.jpg

Este décimo- sétimo Boletim do Observatório Internacional do Século XXI, analisa várias “cadeias causais” que se alastram a partir da Guerra do Irã, e em particular do fechamento do Estreito de Ormuz que se transformou no epicentro da geopolítica mundial, neste início de 2026.

O Boletim trata das implicações da guerra que não se sentem somente dentro do próprio Oriente Médio, mas também na Europa, na Ásia, e na própria América do Sul. Ainda enfoca seu impacto generalizado sobre a economia mundial, além do seu “efeito transformador” sobre a tecnologia militar utilizada no Golfo Pérsico e na Guerra da Ucrânia.

Por fim, se inclui também uma constatação histórica sobre a baixa credibilidade dos acordos de paz assinados pelos EUA, e uma reflexão final sobre o papel do “inimigo necessário” neste sistema interestatal que se universalizou na segunda metade do Século XX..

SUMÁRIO

O “PARADOXO DE ORMUZ”	7
<i>Por José Luís Fiori</i>	
PODE HAVER UM TRATADO ENTRE O IRÃ E OS ESTADOS UNIDOS.	11
<i>Por Andrés Ferrari Haines</i>	
A GEOESTRATÉGIA DOS EUA NA QUESTÃO IRANIANA	15
<i>Por Wagner Sousa.....</i>	
UMA “REVOLUÇÃO MILITAR” NO IRÃ E NA UCRÂNIA	19
<i>Por Daniel Barreiros</i>	
CAOS GEOPOLÍTICO E INCERTEZA ECONÔMICA.	22
<i>Por Mirelli Malaguti</i>	
O DRAGÃO DA MALDADE TROPEÇA NO SANTO GUERREIRO	26
<i>Por Flavio Aguiar</i>	
NO APAGAR DAS ILHAS: INSEGURANÇA ENERGÉTICA EM CUBA E TAIWAN	29
<i>Por William Nozaki</i>	
A COMPETIÇÃO E A GUERRA NO ESPAÇO SIDERAL	33
<i>Por Wagner Sousa.....</i>	
TAIWAN: UMA REVOLUÇÃO DIPLOMÁTICA NO ESTREITO DE TAIWAN?	37
<i>Por Elias Jabbour.....</i>	
O MISTÉRIO CHAMADO MAGYAR.	40
<i>Por Flavio Aguiar</i>	
A DESINTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL	43
<i>Por Pedro Silva Barros.....</i>	
A GUERRA, A PAZ E O “INIMIGO NECESSÁRIO”	47
<i>Por José Luís Fiori</i>	47

O “PARADOXO DE ORMUZ”

Por José Luís Fiori

Fazem três décadas, pelo menos, que Benjamin Netanyahu conspira continuamente para convencer o governo norte-americano a participar de um ataque conjunto, massivo, relâmpago, e devastador, contra o Irã. E acabou conseguindo persuadir o presidente Donald Trump de que obteria uma vitória rápida e uma mudança quase instantânea do regime iraniano depois que a aviação israelense assassinasse - nos primeiros minutos do combate - as principais lideranças religiosas, civis e militares do povo persa. Promovendo a instalação de um governo títere que destruísse o programa nuclear e o sistema de defesa balístico iraniano, e que suspendesse seu apoio ao “eixo da resistência” à Israel, no Líbano, no Iraque e no Yemen.

Mas nada disto aconteceu depois do ataque surpresa do dia 28 de fevereiro de 2026.. Pelo contrário, passados quase três meses do início do conflito, pode-se dizer - do ponto de vista dos objetivos declarados pelas potências agressoras - que Israel e Estados Unidos sofreram uma grande derrota estratégica. As autoridades assassinadas foram substituídas rapidamente, o programa nuclear iraniano não foi desativado, seu sistema de produção e defesa balístico não foi destruído, as suas reservas de urânio enriquecido não foram localizadas, e o Irã segue apoiando seus aliados do “eixo da resistência”. Além disto, os mísseis e drones iranianos atingiram, destruíram ou danificaram pesadamente todas as bases americanas ao redor do Golfo Pérsico, além de terem “vazado” o sistema de defesa aérea de Israel - o Iron Dome, que era considerado indevassável.

Por outro lado. apesar do bombardeio, massivo e contínuo do território iraniano, durante mais de um mês de combate o Irã ainda mantém - segundo a inteligência americana - 70% de seus lançadores móveis em todo o país, e conserva cerca de 70 % do seu arsenal do pré-guerra. E além disto, conseguiu restabelecer o acesso operacional de 30 de seus 33 locais de mísseis ao longo do Estreito de Ormuz, tendo recuperado o acesso a 90% de suas instalações militares subterrâneas. E apesar da destruição causada pelos bombardeios, o Irã conquistou uma vitória extraordinária ao assumir o controle militar e a soberania econômica sobre o Estreito de Ormuz. Por tudo isto, os norte-americanos, mais do que os israelenses, encontram-se neste momento num “beco sem saída”, sem o apoio de sua própria população e divididos entre a alternativa de prosseguir

indefinidamente uma guerra impopular, ou aceitar uma retirada e um acordo de paz que eles consideram humilhante. Uma posição estratégica extremamente desconfortável, agravada pelo fato que neste momento é o Irã que está “dando as cartas” nas negociações de paz intermediadas pelo Paquistão, e sustentadas pela China.

Neste momento paira no ar uma enorme incerteza om relação ao desfecho desse conflito, mas o mais provável é que a guerra prossiga por tempo indeterminado. Assim mesmo, o terremoto mundial provocado pela vitória estratégica do Ira, e sobretudo pelo seu controle do Estreito de Ormuz, produziu três sequelas, pelo menos, que já são irreversíveis. A primeira, é que ficaram explícitos os limites do poder militar norte-americano, mesmo no caso de uma guerra assimétrica, o que atinge em cheio o projeto de supremacia militar global de Donald Trump. A segunda, é que Israel perdeu a aura de sua invencibilidade, depois que sua estratégia dos assassinatos seletivos fracassou, e depois que seu sistema de defesa foi vazado, e depois que suas bases militares foram atingidas, dentro do próprio território israelense. E a terceira é que o Irã já conquistou uma nova posição hierárquica dentro do mapa geopolítico do Oriente Médio que nascerá desta guerra, com relação aos países árabes, e com relação a Israel.

Mais além destas consequências imediatas, os efeitos em cadeia desse grande erro estratégico norte-americano foram bem além do Oriente Médio. Parece não haver dúvida, por exemplo, que cresceu em todo mundo a desconfiança dos países que dependem da “proteção militar” dos EUA, como é o caso exemplar de Taiwan. Haja vista que durante a guerra, a líder do principal partido de oposição de Taiwan, (o partido nacionalista Kuomitang (KMT) fundado por Sun Yat-sen, em 1912) a senhora Cheng Li-Un fez uma visita oficial de cinco dias – absolutamente inusitada - à Pequim onde discutiu pessoalmente com o presidente Xi Jinping a possibilidade de uma reaproximação pacífica entre o continente chines e sua “ilha rebelde”. Um acontecimento difícil de ser imaginado sem ter em conta a fragilização americana frente aos seus “protetorados militares”.

E o mesmo pode ser dito com relação à posição do presidente Donald Trump, durante sua visita oficial de dois dias à Pequim, quando foi obrigado a tratar a China de igual para igual e teve que ouvir em silêncio a ameaça do presidente Xi Jinping de que haverá guerra se os EUA intervierem a favor da independência de Taiwan. Neste sentido, não há dúvida que a impotência dos EUA frente ao fechamento iraniano do Estreito de Ormuz acelerou o processo em curso de deslocamento do centro do poder político e econômico do

Sistema Mundial, na direção da Ásia, em particular na direção da China.

Mas isto não significa, de forma alguma, o fim do “poder americano”, nem muito menos que os EUA deixarão de ser uma grande potência durante o Século XXI. Mesmo derrotados no Vietnã, no Afeganistão e agora no Irã, os EUA mantêm sua capacidade global de atacar, punir e destruir seus “desafetos”, e isto lhe assegura lugar central dentro da ordem multipolar que estará sendo construída ao longo deste novo século. Além disto, apesar do panorama geral ser extremamente sombrio, não é impossível que as negociações em torno à “Paz de Ormuz” possam se transformar na primeira grande negociação da nova era multipolar do sistema mundial.

Neste ponto não cabe dúvida sobre a posição belicista dos europeus que se preparam atualmente para uma grande guerra contra a Rússia. E não se deve esperar que Israel abdique de sua estratégia de “guerra permanente” contra os povos islâmicos e contra o Irã em particular. E portanto, toda a questão é saber se os EUA acabarão aceitando sua nova posição como uma entre outras potências equivalentes. E neste ponto, apesar de todos os sinais contrários, Donald Trump talvez ainda seja o líder norte-americano com maior possibilidade de dar este passo rumo a um novo equilíbrio mundo de poder. Neste momento, o Partido Democrata está sem nenhum projeto alternativo, e se voltarem, ao poder o mais provável é que se alinhem com os europeus numa guerra geral com os russos. E dentro do Partido Republicano, se Donald Trump for sucedido por David Vance ou por Marco Rubio, o que se deve esperar é uma estratégia internacional igualmente agressiva e baseada na força, mas complementada por uma visão ideológico-religiosa fundamentalista de defesa da civilização ocidental, branca e cristã, e de promoção de uma “guerra entre civilizações”, como foi antecipado por Samuel Huntington, na década de 90 do século passado, e que agora aparece defendida de forma explícita, no manifesto de 22 pontos publicado no jornal New York Times, no dia 18 de abril de 2026, por Alex Karp, CEO da Empresa Palantir, estreitamente associada ao Pentágono e muito próxima do vice-presidente norte-americano, e David Vance.

Neste contexto, paradoxalmente o realismo pragmático, quase cínico e sem pretensões catequéticas, próprias de um jogador e negociante, admirador da força e do dinheiro representa uma rara “janela de oportunidade” (por curto espaço de tempo), para uma negociação com a China e com a Rússia, inicialmente, das bases estratégicas deste novo mundo multipolar, começando pela definição de algumas de suas linhas vermelhas intransponíveis comumente aceitas, no Oriente Médio, no Pacífico, no Atlântico, e na própria

Europa. Mas nesse momento, esta possibilidade depende quase inteiramente da capacidade do presidente norte-americano se impor frente à figura conspiratória, fanática e belicista do seu sócio Benjamin Netanyahu. Isto será possível? Sim, é possível, ainda que seja pouco provável.

PODE HAVER UM TRATADO ENTRE O IRÃ E OS ESTADOS UNIDOS.

Por Andrés Ferrari Haines

Em 6 de fevereiro de 1778, a França assinou um tratado com os Estados Unidos, comprometendo-se a auxiliá-los em sua guerra de independência contra os britânicos com ajuda militar e econômica, que mais tarde se provaria crucial para esse objetivo. O Artigo 8º do tratado estipulava que *“nenhuma das partes fará uma trégua ou paz com a Grã-Bretanha sem o consentimento formal prévio da outra”*. Contudo, em 1783, os Estados Unidos foram reconhecidos como nação independente pela Grã-Bretanha, em um tratado assinado em Paris, sem o conhecimento dos franceses. Posteriormente, com a França envolvida nas Guerras Revolucionárias, os Estados Unidos, longe de auxiliá-la conforme estipulado no tratado, aproveitaram-se do Reinado do Terror para pôr fim a ele em 1800.

Essa abertura resume a longa história da abordagem dos Estados Unidos em sua relação com acordos com outras nações até o presente tratado com o Irã. Não é tanto a possibilidade de os compromissos assinados serem alterados de forma violenta e radical pelos Estados Unidos que lhes é singular, mas sim a sua convicção de manter continuamente, apesar de tudo, uma posição de retidão moral.

A história se repete.

Em um relatório de 2022 do Concilia on Foreign Relations, observou-se que os Estados Unidos assinam mais de duzentos tratados por ano sobre diversas questões internacionais (paz, defesa, direitos humanos e meio ambiente), apenas para depois sistematicamente deixarem de cumpri-los ou sequer ratificá-los: "Para um país frequentemente considerado um líder mundial, os Estados Unidos têm demonstrado uma consistente falta de compromisso com as alianças internacionais."

Historicamente, a lista de acordos quebrados é interminável. Desde a sua independência até o final do século XIX, os Estados Unidos firmaram entre 370 e mais de 500 acordos com os povos originários do seu território atual e violaram ou anularam unilateralmente praticamente todos eles. Para citar apenas alguns exemplos: deixaram de cumprir o Acordo Clayton- Bulwer (1850)

com o Reino Unido e o Acordo Bidlack com a Colômbia relativos à construção do Canal do Panamá; retiraram o apoio que tinham dado à independência do Vietnã após a Segunda Guerra Mundial; desconhecaram os acordos firmados sobre a Coreia em 1948; quebraram a promessa feita aos russos, após o colapso da União Soviética, de que a OTAN não se expandiria para o leste "nem uma polegada"; e sistematicamente promovem os "direitos de Taiwan" a pesar do compromisso que deram ao reconhecimento de "Uma Só China".

Além disso, os Estados Unidos são notórios por violarem os “valores” que promovem globalmente, como o auxílio à França na reconquista de suas cinco colônias/protetorados na Indochina, a interferência militar ou golpes de Estado que violaram as soberanias estabelecidas pelas Nações Unidas, bem como invasões como a do Iraque em 2003 e a frequente imposição de sanções econômicas unilaterais. Focando mais no aspecto econômico, a abrupta saída do sistema de Bretton Woods em 1971, que estipulava a conversibilidade do dólar em ouro, e o atual desrespeito à Organização Mundial do Comércio, que permanece em vigor, revelam o descumprimento, por parte dos Estados Unidos, da manutenção da “ordem liberal” que alegam ter estabelecido.

Nesse sentido, K. J. Noh no Monthly Review destacou diversos exemplos de leis fundamentais e tratados internacionais que a grande maioria dos países do mundo assinou, mas que os Estados Unidos se recusam a assinar ou ratificar, como o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Convenção para a Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior e a maioria das convenções trabalhistas da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Outros tratados que os Estados Unidos assinaram, mas que violam sistematicamente: a Convenção sobre Armas Químicas, a Convenção sobre Armas Biológicas, tratados da ONU que proíbem a tortura, a extradição e o sequestro, e o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

2026 seguiu o mesmo caminho. Em janeiro, os Estados Unidos anunciaram sua retirada de dezenas de organizações, convenções e acordos internacionais, justificada pela Casa Branca com base na soberania e no interesse nacional. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou que “essas instituições são redundantes em

seu escopo, mal administradas, desnecessárias, dispendiosas, mal geridas e servem aos interesses de atores que promovem suas próprias agendas contrárias às nossas”.

Essa abordagem unilateral, fora das estruturas legais e organizacionais entre as nações, passou a ser justificada pelos Estados Unidos como uma defesa da *ordem mundial baseada em regras*. Essa postura, como analisou Noh, se encaixa perfeitamente em seu comportamento histórico, pois não requer nada além de seu próprio julgamento para determinar quando um país está violando essa ordem. Isso é particularmente relevante, visto que, como afirmou o presidente russo Vladimir Putin, essas regras não existem. Ou seja, não estão codificadas, escritas ou divulgadas — portanto, os Estados Unidos podem decidir unilateralmente cada caso de acordo com seus próprios interesses.

Noh argumenta que, se algo realmente existe no sentido de *uma ordem mundial baseada em regras*, são precisamente os acordos internacionais, as Nações Unidas e as organizações multilaterais — cujas normas os Estados Unidos violam regularmente. Assim, Noh conclui que os Estados Unidos usam o termo " *ordem mundial baseada em regras*" para imitar a noção de que suas ações unilaterais são em defesa do direito internacional.

A era Trump

O que torna a situação atual ainda mais explícita é que os Estados Unidos parecem ter abandonado até mesmo a ideia de uma *ordem mundial baseada em regras*, em consonância com o que o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, expressou em seu discurso no Fórum Econômico Mundial deste ano em Davos. Ele admitiu que a existência de tal ordem era uma farsa, pois sabiam que "os mais poderosos se isentariam das regras quando lhes conviesse" e que "o direito internacional era aplicado com diferentes graus de rigor, dependendo da identidade do acusado ou da vítima" — mas "participávamos dos rituais e, em geral, evitávamos apontar as discrepâncias entre a retórica e a realidade". Carney observa que "essa ficção foi útil", mas "já não funciona".

No momento de avaliar um possível acordo de paz entre os Estados Unidos e o Irã este ponto é chave. Frente ao Irã, assim como contra outros países, os Estados Unidos justificam suas ações unilaterais alegando buscar a paz mundial e evitar o desenvolvimento de tecnologia nuclear e de armas nucleares. Assim, enquanto reafirmam seu direito de possuir e usar essas armas contra esses mesmos países, violam suas soberanias.

A questão central é que, neste caso iraniano, já existia um acordo nuclear internacional assinado em 2015... que os Estados Unidos violaram, e do qual Trump se retirou unilateralmente durante seu mandato anterior. Por outro lado, é aceito, inclusive nos Estados Unidos, que o Irã cumpriu seus termos.

Não só isso, mas, antes de se chegar a esse acordo, na década de 1980, os Estados Unidos forneceram armas de destruição em massa (armas com gás sarin) a Saddam Hussein, para fomentar a guerra entre o Iraque e o Irã, invadiram dois países vizinhos do Irã, desestabilizando seriamente a região, e continuam a fornecer ampla ajuda militar direta a países hostis ao Irã, ao mesmo tempo que aplicam pesadas sanções econômicas.

O fato é que os Estados Unidos sustentam que o Irã é, em última análise, indigno de confiança — independentemente de seu comportamento. O Irã deixou de ser confiável quando a Revolução Islâmica de 1979 depôs o Xá Mohammad Reza Pahlavi, cujo regime era apoiado pelos Estados Unidos. Portanto, nenhum acordo com o Irã é realmente viável, restando a dominação como a única opção. No Think Tank do Instituto Hudson, próximo a Trump, Rebeccah L. Heinrichs, apresentou, nesta ocasião, com notável crueza, esses argumentos que têm sido comuns nos Estados Unidos nos últimos anos, defendendo a *“Operação Fúria Épica [que] está esmagando o regime iraniano e destruindo sua capacidade de ameaçar os interesses dos EUA”*.

Embora Trump afirme querer um acordo com o Irã, ele também ameaça destruir sua civilização e comemora ter apreendido seus navios petroleiros "como piratas". É compreensível que, apesar do Irã ter feito suas próprias exigências para o fim da guerra atual, ainda expresse desconfiança em relação aos Estados Unidos.

Ele não está sozinho. De acordo com o recente relatório do Índice de Percepção da Democracia, da Fundação Aliança das Democracias, na Dinamarca, a população de 65 dos 84 países pesquisados considera os Estados Unidos a principal ameaça global — incluindo os próprios estadunidenses.

A GEOESTRATÉGIA DOS EUA NA QUESTÃO IRANIANA

Por Wagner Sousa

O “Oriente Médio” é uma criação ocidental, tanto no que se refere a esta expressão (muitos se referem à mesma região como Ásia Ocidental) quanto pela criação dos Estados Nacionais neste espaço. De regiões tribais tornadas Estados pela “unificação” de tribos (os Estados Árabes do Golfo Pérsico) a um império (Pérsia) que adquire a forma de um Estado (Irã), ambos sob decisiva influência do Império Britânico, até a criação de Israel no pós-guerra, já sob os auspícios da nova hegemonia norte-americana, culminação da proposta de um Estado judeu, que já era apoiada pelos britânicos, têm-se, em linhas gerais, a formatação dos principais atores estatais regionais.

A descoberta de grandes reservas de petróleo, a partir do início do Século XX, deu à este espaço geográfico uma posição especial no mundo. A primeira grande descoberta se deu no Irã, na cidade de Masjed Soleiman, em 1908, o que levou à fundação da Anglo-Persian Oil Company, atual BP, com os britânicos à época como sócios majoritários. Em 1927, no Iraque (Kirkuk) e, na década de 1930, em vários outros países do Golfo Pérsico se descobrem novas reservas consolidando o papel da região como fornecedora de hidrocarbonetos essencial na geopolítica energética mundial.

Ter controle, influência e explorar seus vastos recursos, necessários à economia industrial moderna, passou a ser objetivo das grandes potências, em especial das dominantes anglo-saxãs. Mesmo após as nacionalizações do setor promovidas pelos estados produtores na década de 1970 (esta mudança e o conseqüente fim do petróleo muito barato foi uma das razões do fim dos “trinta anos gloriosos” do pós-guerra) a garantia do suprimento norteou a política norte-americana para a região e a manutenção da aliança, inclusive militar, com os Estados do Golfo. A partir dos anos 2010, com a consolidação da exploração em seu território do petróleo e gás provenientes de xisto, os Estados Unidos não mais precisaram da região para o seu abastecimento interno.

A região segue fundamenta, contudo, para o abastecimento do mercado internacional, com os reflexos de instabilidades neste espaço geográfico, como a atual, no preço e no desempenho das economias de todo o mundo; a energia cara vem reduzindo as perspectivas de crescimento global, o que evidentemente também abala a economia estadunidense. Outro aspecto de fundamental

importância para a manutenção da hegemonia norte-americana é a denominação do comércio de hidrocarbonetos em sua moeda nacional, o dólar. Os países do Golfo Pérsico “reciclam” muitos desses dólares obtidas pelas receitas de suas exportações de energia com papéis norte-americanos, sejam títulos de dívida pública, ações de suas empresas e compra de material bélico (são um importante mercado). Mais recentemente, com sua busca por diversificação econômica, têm-se feito acordos em outras áreas, com destaque para Inteligência Artificial e a instalação de *Data Centers* de grandes empresas norte-americanas nesta região.

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, lançada em novembro de 2025, delineou as “linhas mestras” dos objetivos a serem perseguidos pelo país com reflexões acerca de sua posição no mundo e das mudanças necessárias; o texto é bastante crítico ao internacionalismo liberal prevalecente na política externa de ambos os partidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e enfatiza que o interesse nacional passará a guiar as ações dos EUA no campo internacional, o que sempre ocorreu, contudo, o documento destaca que isto deve se dar sem os Estados Unidos assumirem papel de árbitro ou “estabilizador” da ordem global.

Esta estratégia coloca entre seus objetivos, na página 09 do documento: “Queremos impedir que uma potência adversária domine o Oriente Médio, seu fornecimento de petróleo e gás e os pontos de estrangulamento por onde passam, evitando ao mesmo tempo as “guerras intermináveis” que nos atolaram naquela região a um custo altíssimo”. Menciona ainda (p.18) “dominância energética” em petróleo, gás, energia nuclear e carvão como vital para promoção dos interesses dos EUA e ainda critica a “ideologia da mudança climática.” Mais ao final do texto, na página 32 se diz que a política para a região “exigirá o abandono da experiência equivocada dos Estados Unidos de pressionar essas nações — especialmente as monarquias do Golfo — a abandonar suas tradições e formas históricas de governo. (...) A chave para relações bem-sucedidas com o Oriente Médio é aceitar a região, seus líderes e suas nações como são, enquanto se trabalha em conjunto em áreas de interesse comum.” Premissas bem diversas das dos neoconservadores do período George W. Bush com a sua ênfase em “promover a democracia” na região. Mas é oportuno observar que o “respeito pela diferença” no que diz respeito aos governos e regimes cabe àqueles países que se podem considerar aliados e/ou tutelados. Mas a tolerância com as autocracias não vale para o rival regional, o Irã, alinhado ao eixo Moscou-Pequim. Neste caso se tentou, e foi colhido um grande fracasso, uma mudança de regime.

As razões do conflito atual

Muito se especula sobre as razões que levaram Donald Trump a decidir pelo ataque iniciado em 28 de fevereiro deste ano ao Irã, em coordenação com Israel. Do lobby israelense nos EUA, especialmente o do próprio primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o que envolveria, talvez, chantagens referentes à informações, ocultadas do grande público, do possível envolvimento do mandatário estadunidense no caso Epstein, a uma possível crença do presidente norte-americano em uma ação militar fulminante que derrubasse o regime iraniano similar ao que ocorreu na Venezuela (embora neste caso não tenha havido “regime change” e sim troca da principal liderança e subordinação do regime existente aos EUA) somados a considerações mais propriamente estruturais no que diz respeito à ordem internacional sobre a presença e primazia no chamado “Oriente Médio”, a competição com a China (e, em menor grau, com a Rússia), o domínio no setor energético e buscar impedir o país persa de possuir artefatos nucleares.

Como já destacado, a aposta fracassou de forma retumbante, como é percebido em todo o mundo (até mesmo o chanceler alemão Friedrich Merz, dos normalmente contidos europeus, disse que os EUA foram humilhados pelo Irã) e o governo norte-americano busca uma “porta de saída” do conflito com um acordo que não seja (ou não pareça) algo efetivamente pior para os interesses estadunidenses do que a situação anterior ao início deste conflito. O que está se mostrando algo bastante difícil, pois a eclosão da guerra durante uma negociação (o que já tinha ocorrido em junho de 2025, quando EUA e Israel atacaram as instalações nucleares iranianas, e supostamente, segundo Trump teriam “obliterado” o programa nuclear) demonstrou que a capacidade de resistência do Irã e os danos que podem causar para as instalações militares norte-americanas nesta região e também para os países que as hospedam é considerável. Com a guerra, um ponto crítico da geopolítica internacional, o Estreito de Ormuz, está na prática fechado há dois meses e o Irã pôde verificar na prática que pode usá-lo efetivamente como elemento de barganha e eventualmente transformá-lo em fonte de arrecadação. Sua característica como ponto de passagem vital de petróleo, gás natural e outros derivados (como fertilizantes) para a economia internacional transformou-se efetivamente em um trunfo da liderança iraniana e um grande problema para o governo Trump, que enfrentará eleições legislativas em novembro e amarga grande impopularidade com esta guerra e seus efeitos inflacionários. Outras regiões vem sofrendo com escassez de combustíveis, como vários países asiáticos e a Europa, onde companhias aéreas já planejam cortes de vôos, o setor turístico refaz suas contas para um

desempenho pior e se estimula o trabalho em casa para poupar combustível.

Geoestratégia é um subcampo da geopolítica que se concentra em como o poder estatal é projetado e protegido no espaço geográfico. A geopolítica analisa a influência da geografia na política internacional de forma ampla e a geoestratégia é a aplicação prática desse conhecimento para atingir objetivos militares ou políticos específicos. Do ponto de vista estratégico, portanto, os EUA foram derrotados, e neste momento em que estas linhas estão sendo redigidas, as tratativas que vem sendo feitas através da mediação do Paquistão para um possível acordo não saem de um impasse e ambos os lados proferem ameaças. O status do Estreito de Ormuz (aberto ou com controle iraniano) e a continuidade ou período de pausa do programa nuclear iraniano são os maiores entraves. Cabe destacar também que Israel vem descumprindo o compromisso de um cessar fogo com o Hezbollah no Líbano, que foi uma das exigências iranianas para o atual cessar fogo com os EUA, o que também pode inviabilizar um acordo de paz.

Os países do Golfo Pérsico estão refazendo os seus cálculos geopolíticos. A “inviolabilidade” da proteção das bases militares dos EUA se revelou falsa. O fluxo de petróleo já tem o leste asiático (China em destaque) como principal destino. O gigante asiático se revelou preparado para esta crise com grandes estoques de hidrocarbonetos e diversificação da matriz energética e vai se mostrando ao mundo como a grande potência mais previsível. O “Oriente Médio”, criado pelos anglo-saxões, vai se reconfigurando e politicamente apontando para o leste da Ásia.

UMA “REVOLUÇÃO MILITAR” NO IRÃ E NA UCRÂNIA

Por Daniel Barreiros

Os primórdios da dronificação da guerra - leia-se do final dos anos 1990 à primeira década do século XXI - foram marcados por doutrinas centradas em sistemas de alto custo, reservados para operações de contrainsurgência e reconhecimento especializado. Era o tempo de ativos como o icônico General Atomics MQ-1 *Predator*, e o ainda em operação MQ-9 *Reaper*, com expectativa de ser retirado de serviço ao longo da década de 2030. No entanto, a guerra da Rússia contra a Ucrânia, bem como a movida por Estados Unidos e Israel contra o Irã, vêm produzindo uma acelerada mudança neste cenário, deixando para trás a indispensabilidade de ativos não tripulados de altíssimo custo, e adentrando rápido o campo da *massificação*, do emprego em grande volume de sistemas autônomos de baixo custo.

A convergência entre economias de escala favoráveis e a “democratização” tecnológica vem permitindo que nesse campo tanto atores estatais quanto não estatais exerçam poder de ataque operacionalmente decisivo, sem os enormes investimentos de capital historicamente associados à superioridade aérea convencional. Está em curso, então, uma evidente inversão da 16^a *Lei de Augustine*, segundo a qual o custo unitário de aeronaves militares cresce de forma exponencial a cada geração ¹.

Nos cenários da Ucrânia e do Irã, vemos essa mudança se articular por meio de um espectro amplo de capacidades, com particular destaque para plataformas “atritáveis” (unidades descartáveis e de uso massivo). Em uma guerra prolongada, enquanto a perda de um ativo de vigilância sofisticado representa um revés estratégico, o emprego de ativos de baixo custo permite a saturação do teatro de operações, sobrecarregando as defesas pela quantidade. Sistemas antiaéreos de elevadíssimo custo como o THAAD e o PAC-3 *Patriot* (US\$ 12 milhões e US\$ 4 milhões de dólares *por míssil disparado*, respectivamente) podem ser sobrepujados por centenas de drones, orçados na casa dos 20 a 50 mil dólares a unidade. Isso produz uma radical assimetria que coloca forças

¹ Tratava-se de uma sátira, mas cheia de razão empírica. Norman Augustine, ex-CEO da Lockheed Martin afirmou nos anos 1980, que em 2054, caso mantida a tendência, o orçamento de defesa norte-americano seria suficiente para adquirir apenas uma única aeronave, a ser compartilhada por todas as forças armadas.

armadas responsáveis pela defesa de seus territórios do lado errado da curva de custos.

E se há uma referência dessa inversão paradigmática no poder aéreo, ela é representada pelo Shahed-136 iraniano. Apelidado, não sem razão, de "Kalashnikov dos drones", ele oferece à Guarda Revolucionária Islâmica uma capacidade de projeção de força de longo alcance, com raio operacional de até 2.500 quilômetros e carga útil de aproximadamente 50 quilogramas, compensando em alguma medida a carência de uma força aérea moderna. Com suporte das forças armadas russas, através de imagens de satélite em tempo real, sistemas de navegação resistentes a *spoofing* e *jamming* (interferências), e orientação tática sobre dimensionamento e posicionamento de enxames de drones, o Irã vem sendo muito bem-sucedido em aprofundar esse ecossistema ofensivo, consolidando a noção de *precise mass* como característica permanente do conflito do século XXI.

Em resposta, os Estados Unidos internalizaram as lições do teatro ucraniano e desenvolveram o Low-Cost Uncrewed Combat Attack System (LUCAS), produzido em apenas dezoito meses. O desenvolvimento do LUCAS tornou-se um incrível caso de inversão de papéis, no qual coube à potência líder em tecnologias militares - os Estados Unidos - aplicar engenharia reversa ao modelo iraniano, de modo a copiá-lo e produzir uma versão baseada nele, em larga escala.

Diante de ondas recordes de drones ofensivos que ameaçam esgotar seus estoques de mísseis *Patriot* e *NASAMS*, as Forças de Defesa Ucranianas, com suporte da OTAN, vêm, por sua vez, protagonizando uma revolução no domínio da interceptação, desenvolvendo o conceito de *saturação do espaço* por meio de "muros de drones" (*drone wall*), compostos por plataformas especializadas como o quadrirrotor *Sting* e o *VB140 Flamingo*. Tratam-se de aparelhos de custo baixíssimo (cerca de US\$ 3 mil por unidade), capazes de negar espaço aéreo a drones atacantes (como o *Shahed*), virando mais uma vez a mesa em favor da defesa.

Mas, se a dronificação em sua etapa atual barateia e "democratiza" o acesso a ativos de alta letalidade, na outra ponta, o emprego de modelos de linguagem em operações de C5ISR (comando, controle, comunicações, computadores, ciberdefesa, inteligência, vigilância e reconhecimento) reforça a dimensão excludente e hierárquica do poder militar das grandes potências. A Operação *Epic Fury* contra o Irã vem representando uma prova de fogo para a integração de grandes modelos de linguagem (LLMs) na cadeia de tomada de decisão militar, tendo como protagonistas o *Maven Smart System* (Palantir Technologies) e o *Claude* (da Anthropic, substituído

recentemente pelo ChatGPT da OpenAI, após controvérsia envolvendo o posicionamento da empresa quanto ao uso do LLM na ação militar contra solo iraniano). Esses modelos sintetizaram dados de satélites, SIGINT (inteligência de sinais), drones e sensores terrestres, permitindo que as forças dos EUA atingissem cerca de mil alvos no Irã nas primeiras 24 horas, um ritmo quase duas vezes superior ao do primeiro dia da invasão do Iraque, em 2003.

Essa aceleração vem produzindo o fenômeno da *compressão de decisão*, no qual a supervisão humana se torna um ato de “carimbar” as decisões tomadas pelos sistemas de IA, trocando a qualidade da decisão pela velocidade de resposta. Análises preliminares indicam que a morte de 160 civis no bombardeio da escola primária Shajareh Tayyebbeh, em Minab, foi resultado da classificação do edifício como *alvo legítimo*, baseada em informações obsoletas: sua conversão em escola uma década antes do ataque foi ignorada pelo modelo de linguagem. Nada sugere que mais mortes de civis serão evitadas, já que o emprego da inteligência artificial visa justamente reduzir o custo cognitivo da tomada de decisão por agentes humanos, e acelerá-la.

Assim, a guerra na terceira década do século XXI apresenta duas faces radicalmente assimétricas. De um lado, a dronificação massiva e de baixo custo nivela parcialmente o campo de batalha, permitindo que atores estatais periféricos e mesmo grupos não estatais desafiem potências convencionais com enxames de sistemas descartáveis; de outro, a integração de grandes modelos de linguagem em arquiteturas de C5ISR, que aprofunda um fosso tecnológico que apenas um punhado de potências tem condições de cruzar, dado o volume de capital, infraestrutura de dados e expertise institucional exigidos.

CAOS GEOPOLÍTICO E INCERTEZA ECONÔMICA.

Por Mirelli Malaguti

Os relatórios de perspectiva econômicas das principais instituições multilaterais — *World Economic Outlook* (FMI), *Commodity Markets Outlook* (Banco Mundial) e *OECD Economic Outlook Interim Report: Testing Resilience* (OCDE) — identificam uma mudança estrutural profunda na ordem econômica internacional. Todos convergem na ideia de que o modelo tradicional de globalização — baseado em energia barata, integração comercial ampla e cadeias produtivas otimizadas — está sendo substituído por uma lógica marcada por segurança energética, rivalidade geopolítica, soberania tecnológica, reindustrialização estratégica e militarização econômica.

Os relatórios afirmam que a guerra no Oriente Médio e a instabilidade no Estreito de Ormuz aceleraram esse processo, provocando interrupções nas cadeias globais de petróleo, gás natural, fertilizantes e transporte marítimo. Energia, semicondutores, fertilizantes, alimentos, minerais estratégicos e indústria militar deixaram de ser apenas setores econômicos e passaram a ser tratados como elementos centrais da segurança nacional das grandes potências.

A previsão geral é de desaceleração econômica. A OCDE projeta crescimento mundial de 2,9% em 2026 e 3% em 2027, enquanto o FMI prevê cerca de 3,1% em 2026, e queda para 2% em cenários mais graves de crise energética e prolongamento dos conflitos geopolíticos. O BM projeta aumento de 16% dos preços das commodities em 2026. Os três relatórios convergem que: 1. a economia mundial ainda demonstra alguma resiliência no curto prazo; 2. a inflação estruturalmente elevada tende a persistir; e 3. a principal fonte de instabilidade econômica passou a ser geopolítica.

O setor de energia é o eixo central da nova dinâmica econômica global. O FMI caracteriza o momento atual como uma era de “choques energéticos geopolíticos permanentes”, em que infraestrutura energética passou a ser alvo estratégico de disputas militares. A OCDE destaca que cerca de 20% da produção mundial de petróleo e parcela significativa do comércio global de GNL dependiam do fluxo pelo Estreito de Ormuz antes da crise. Já o BM considera que o choque atual representa o maior choque de oferta de petróleo desde os anos 1970, prevendo aumento de cerca de 24% nos preços globais de energia em 2026.

Os relatórios também apontam fortes vulnerabilidades regionais, especialmente na Europa e na Ásia. Países como Japão, Coreia do Sul, Índia e economias europeias aparecem como estruturalmente dependentes da energia do Golfo Pérsico. Por isso, os documentos defendem que os países devem investir mais em diversificação de fornecedores, aumento de estoques estratégicos e expansão de energias renováveis.

Outro ponto central é a relação entre energia, fertilizantes, agricultura e insegurança alimentar. Os relatórios destacam que os países do Golfo concentram parcela relevante das exportações globais de ureia, amônia e fosfatos. O BM projeta alta de aproximadamente 31% nos preços globais dos fertilizantes em 2026, o que tende a elevar os preços agrícolas e inflação alimentar persistente. O BM calcula que até 45 milhões de pessoas adicionais poderão entrar em situação de insegurança alimentar. O Brasil aparece em posição ambígua: vulnerável pela forte dependência de fertilizantes importados, mas potencialmente beneficiado pela valorização global das commodities agrícolas e minerais.

As análises enfatizam a importância crescente da IA, dos semicondutores e da reorganização industrial global. A OCDE e o FMI identificam a IA como principal motor recente do crescimento econômico, especialmente nos EUA e na Ásia. O FMI destaca o boom de investimentos em IA, a expansão da indústria de chips e a reorganização das cadeias tecnológicas globais.

Ao mesmo tempo, cresce a demanda por minerais estratégicos utilizados em IA, data centers, veículos elétricos, defesa e semicondutores. Os chips deixaram de ser apenas produtos industriais e passaram a representar ativos geopolíticos estratégicos. Nesse sentido, a OCDE destaca a importância de insumos como hélio, bromina, alumínio e GNL para a indústria tecnológica global. Para eles, os EUA procuram reduzir sua dependência tecnológica da China, reorganizando cadeias produtivas em direção Taiwan, Vietnã e México.

Os relatórios mostram crescente integração entre inteligência artificial, semicondutores, indústria militar, infraestrutura energética e reindustrialização militar estratégica. Forma-se, segundo os documentos, um novo “complexo industrial estratégico global”, em que defesa, tecnologia e energia tornam-se setores profundamente interligados.

A conclusão geral é que a economia mundial está migrando para uma ordem menos globalizada, mais regionalizada, orientada pela segurança nacional, marcada por competição entre grandes

potências e fortemente influenciada por disputas energéticas, tecnológicas e militares.

Os relatórios ainda indicam que a IA poderá funcionar como principal mecanismo de compensação da desaceleração econômica global, elevando produtividade e sustentando novos ciclos de investimento industrial. Entretanto, guerras prolongadas, fragmentação comercial, rupturas energéticas e inflação persistente podem redefinir profundamente a ordem econômica internacional ao longo da próxima década.

As análises refletem fatos, efeitos e consequências de ações como a Guerra da Ucrânia, o ataque dos EUA e Israel ao Irã, o fechamento do Estreito de Ormuz e a consequente crise energética mundial. Contudo, parecem descrever um quadro sem revelar o real movimento e seus propósitos.

O *“USA National Defense Strategy 2026: restoring peace through strength for a new golden age of America”* mostra a lógica desse movimento econômico e militar. O documento possui quatro grandes linhas de ação: 1. Defender o território americano; 2. Dissuadir a China no Indo-Pacífico; 3. Transferir maior responsabilidade militar para os aliados e 4. Reindustrializar e expandir a base industrial de defesa dos EUA.

Os EUA buscam fortalecer a “Grande América do Norte” - EUA, Canadá, Groelândia, Canal do Panamá e Golfo do México – de onde vão tirar, recursos como petróleo da Venezuela, terras raras da Groelândia e até do Brasil, deixando de depender da China e se tornar fornecedor de armamentos ao resto do mundo.

Para isso buscam terceirizar o máximo de conflitos mundiais, em que estão envolvidos. Ver o conflito Ucrânia x Rússia. De início, os EUA apoiaram financeira e militarmente os ucranianos. A proibição da Europa em importar energia russa, como uma sanção para enfraquecer a Rússia, levou a fragilização da Europa. Hoje a Europa importa GNL dos EUA a um preço quinze vezes maior do que seria pelo Nord Stream, que foi sabotado. Os países da OTAN agora se comprometeram, por pressão dos EUA, a elevarem os gastos militares de 2% para 5% do PIB, e a assumir o apoio direto a Ucrânia. O ataque dos EUA ao Irã colocou os países do Conselho de Cooperação do Golfo no conflito. A Rússia e o Irã, importantes exportadores de recursos energéticos no mundo tem sofrido ataques diretos em suas estruturas de energia.

No Pacífico acordos recentes mostram que os EUA buscam que o Japão assuma papel militar mais ativo e direto na segurança regional, incluindo a Península Coreana, com pressão para que o Japão revise sua constituição pacifista (Artigo 9) e aumentar os

gastos com defesa Japão e sua capacidade militar para conter ameaças da Coreia do Norte, China e Rússia.

Em abril de 2026, o governo do presidente Donald Trump iniciou conversas com grandes montadoras americanas, como Ford e General Motors, para que utilizem sua capacidade industrial para aumentar a produção de munições e equipamentos militares em geral. Com ele segue uma proposta de Trump em aumentar o orçamento militar em 50%.

Os EUA têm hoje U\$S 39 trilhões em dívida pública, e a necessidade de U\$S 1,2 trilhão de financiamento de juros anuais. A solução para a manutenção do seu financiamento é o caos mundial. Os EUA buscam gerar o máximo de conflitos no mundo, vender armas, energia e tecnologia a esses países. E ainda, financiá-los garantindo o sistema de pirâmide de sua dívida. A idéia é forçar os outros países absorver a dívida dos EUA por meio do estrangulamento militar e econômico mundial. Manter as guerras em ritmo lento é uma boa opção.

Se China é tida como a principal ameaça estratégica dos EUA, ao mesmo tempo, o documento afirma que Washington deve buscar evitar confronto direto com Pequim, defendendo uma lógica de “força sem confronto”. Hoje a China é fundamental para manter e financiar a dívida dos EUA, se ela for atacada pode querer vender seus títulos, o que levaria a quebra do sistema.

Se essa estratégia funcionar os EUA mais uma vez conseguem se reposicionar e recuperar importante papel de liderança econômica, militar, tecnológica e financeira. Se a estratégia não funcionar, esse plano pode colocar todo o mundo contra eles, até o seu próprio povo contra suas elites e uma guerra civil. Os próximos capítulos dessa conjunção que vem sendo montada pelos EUA dirão em que nível as previsões dessas instituições multilaterais conseguiram captar o real movimento da economia mundial.

O DRAGÃO DA MALDADE TROPEÇA NO SANTO GUERREIRO

Por *Flavio Aguiar*

Este título que parodia aquele do filme do Glauber Rocha me ocorreu para caracterizar a investida de Donald Trump contra o Papa Leão XIV. Não que eu considere Leão XIV necessariamente um santo. Mas revelou-se um guerreiro. E Trump é decididamente um Dragão da Maldade.

O que faz um Dragão que se preze? Lança fogo pela boca e fumaça pelas ventas. Além disto, alguns deles têm uma crista vermelha, como a de um galo de terreiro. É o que Trump faz, lançar fogo pela boca e fumaça pelo nariz. Depois, sai correndo atrás para ver se aquilo funcionou ou não. No lugar da crista, tem seu topete cor de palha, que lhe completa a arrogância diante da opinião alheia.

Examinando a lenda de São Jorge pelo lado do Dragão, vê-se que este cometeu um erro enorme de avaiaçnao, qual seja, o de que poderia requerer prendas humanas e sair ileso. O Dragão, vindo de uma paragem cristã, desconhecia ou desprezava a tradição clássica de Andrômeda e Perseu. São Jorge atua em favor da cidade, fruto da cultura humana, contra a natureza bruta, que cobrava seu preço na forma de um sacrifício humano. Trata-se de thánatos afrontando Eros, ambos revestidos por uma coreografia cristã de base pagã.

Mutatis mutandis, de certo modo, é o que Trump faz e fez. com seu canto de morte celebrando a guerra como mãe da política, invertendo a célebre fórmula de Clausewitz. Ele entrou em conflito com a urbs da hierarquia católica antes de atacar o Papa Leão XIV, e se deu mal. A hierarquia católica dos Estados Unidos condenou a guerra ao Irã e a tentativa apócrifa de fazê-la santa, vendo nisto uma blasfêmia. Além disto, a hierarquia católica se opunha e se opõe à perseguição dos imigrantes promovida por Trump. O ataque ao Papa foi uma tentativa de recuperar terreno diante dos conservadores católicos que o apoiavam, A emenda foi pior que o soneto.

As reações de Trump com o Papado já n foram boas na época de Francisco I, o “Papa Vermelho”. Quando Leão XIV foi eleito seu sucessor, Trump arrogou-se ser o motivo da vitória: um “Papa norte-americano” fora eleito para “agradá-lo”... Chegou a dizer, em certo momento, que melhor seria se ele mesmo, Trump, fosse eleito Papa, o que, simbolicamente, equivaleria a ele se arvorar a ser uma espécie

de “salvador da pátria”. Neste plano simbólico a Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis, seria sempre “a noiva de Cristo”. Trump seria o cavaleiro a salvar a nubente do perigo que corria.

O eleitorado católico representa 20% do total norte-americano. Parece pouco, mas não é. É o maior grupo religioso do país. O eleitorado protestante é maior, mas se divide em várias correntes: metodistas, batistas, anabatistas, luteranos, e outros. Numericamente, só há mais católicos no Brasil, no México e nas Filipinas.

Entre os católicos, 54% se declaram “brancos”. 36% se dizem “hispanos” e 2% “asiáticos”. 53% votam com os republicanos, 43% preferem os democratas. Mas entre os “hispanos” a preferência pelos democratas é majoritária. Entre 2007 e 2021, dados dos últimos censos a respeito, o eleitorado católico nos EUA caiu de 27% para os atuais 20%. Mas o eleitorado católico “hispano” cresceu 7%. Enquanto isto, mesmo entre os “brancos” e “republicanos”, a pregação de Trump contra os imigrantes pegou mal. Sua popularidade começou a cair, mesmo entre os conservadores.

Mas a gota d’água foi a declaração de guerra ao Irã. Esta afrontou o mundo católico, por invocar, como justificativa, uma retórica sagrada para abençoá-la. Para completar o quadro negativo, Trump lançou pela boca e pelas ventas a fumaça do “extermínio de uma civilização”, a iraniana. Mesmo católicos ultra-conservadores e trompistas de carteirinha, como o bispo Joseph Strickland, de Tyler, Texas, romperam com Trump. A atitude deste bispo é considerada exemplar. Strickland fora dos que exortaram os seus fiéis a não aceitarem a derrota de Trump para Biden,.

Para remediar a situação, Trump divulgou uma imagem sua, gerada por IA, curando um doente, com a bandeira dos Estados Unidos por detrás. Esta piorou tudo. Ele tentou remendar o erro. Disse que não se comparava a Cristo, mas a um médico da Cruz Vermelha, Em vão. Os sinais são inequívocos. O doente está deitado. Trump veste um manto vermelho jogado sobre seus ombros, como Cristo na iconografia tradicional. Ele faz o gesto clássico da cura de xamãs e curandeiros: a imposição da mão. Ademais, é o gesto clássico de Cristo para exorcizar demônios. A imagem foi retirada do ar em 24 horas. Mas o mal já estava feito. O Dragão da Maldade tropeçara em sua própria arrogância e excesso de confiança.

Entretanto, o que fez Sua Santidade, o Papa? Reagiu com serenidade. Disse não ter medo de Trump, e que continuaria com seu dever evangélico de pregar a paz. Seguiu na defesa dos imigrantes, atendendo a anseio de seu “rebanho” norte-americano, onde estes e

seus descendentes próximos são numerosos, como se vê pelas estatísticas citadas.

A impopularidade da guerra contra o Irã continua crescendo nos Estados Unidos e no restante do mundo. Tornou-se uma guerra de desgaste. Quem resistir mais, vence, O Irã tem menos recursos que os Estados Unidos. Mas estes têm uma eleição em novembro. Trump vem fazendo cabriolas jurídicas e retóricas para vencê-las. Atacar Leão XIV, vestir o manto de Cristo e impor as mãos da cura não foi das melhores artimanhas. O Papa ganhou a batalha sem disparar um tiro.

NO APAGAR DAS ILHAS: INSEGURANÇA ENERGÉTICA EM CUBA E TAIWAN

Por William Nozaki

Entre o Caribe e o Pacífico, Cuba e Taiwan voltam ao centro das tensões globais. Apesar de trajetórias históricas distintas, ambas compartilham uma condição estrutural: são territórios onde grandes potências projetam seu poder e onde as fragilidades do sistema internacional se tornam visíveis.

Cuba carrega o legado da Guerra Fria. Sua proximidade com os Estados Unidos mantém a ilha como espaço sensível da geopolítica americana. Hoje, essa posição se reorganiza: Cuba funciona como ponto de apoio indireto para Rússia e China no hemisfério ocidental, por meio de cooperação energética, financeira e tecnológica. Trata-se de uma reedição da disputa por zonas de influência, agora em novas bases.

Taiwan, ao contrário, expressa o futuro das disputas globais. Localizada no centro da Ásia-Pacífico, a ilha é um posto avançado dos Estados Unidos e aliados em uma região-chave para a economia mundial. Ali se concentram as novas tensões: competição tecnológica, reorganização das cadeias produtivas e interdependência entre energia e digitalização. A instabilidade no Oriente Médio, especialmente no Estreito de Ormuz, evidencia essa vulnerabilidade ao afetar diretamente o abastecimento energético que sustenta a indústria taiwanesa.

Há, portanto, uma simetria invertida: Cuba é uma projeção euroasiática nas Américas; Taiwan, uma projeção atlântica na Ásia. Ambas funcionam como plataformas geopolíticas atravessadas por interesses externos.

O elemento comum mais profundo, porém, é a energia. Em Cuba, a dependência de petróleo importado, sujeita a sanções e alianças políticas, revela um padrão energético típico do século XX. Em Taiwan, a dependência quase total de importações expõe a fragilidade de uma economia avançada ainda baseada em combustíveis fósseis. Em ambos os casos, energia não é apenas um insumo — é um fator estratégico que condiciona soberania e autonomia.

Cuba lembra que a geopolítica da energia sempre foi central. Taiwan mostra que essa centralidade persiste, agora combinada com tecnologia e digitalização. Vejamos.

Cuba e a dependência de petróleo com características do século XX

A crise energética cubana expressa uma longa dependência de petróleo importado, agravada por mudanças geopolíticas recentes.

A matriz energética do país continua fortemente baseada em combustíveis fósseis. Mais de 80% da energia consumida depende de derivados de petróleo. A produção interna cobre apenas cerca de 40% da demanda, exigindo importações constantes. Na geração elétrica, a dependência é ainda maior, com participação predominante de fontes fósseis e presença ainda limitada de energias renováveis, majoritariamente biomassa do bagaço de cana.

Esse modelo se sustenta em uma infraestrutura envelhecida. Usinas termelétricas antigas, muitas da era soviética, operam com baixa eficiência e falhas frequentes. A rede elétrica apresenta perdas elevadas e sofre com décadas de subinvestimento. O resultado são apagões recorrentes, que funcionam como forma de administrar a escassez. A origem desse quadro está diretamente ligada ao embargo dos Estados Unidos.

Diante disso, Cuba passou a depender de fornecedores externos. A Venezuela foi historicamente o principal parceiro, seguida por México e Rússia. Em alguns momentos, esses países responderam por mais de 60% do abastecimento da ilha. Trata-se de uma dependência concentrada e politicamente mediada.

Esse arranjo começou a se desorganizar recentemente. A partir de 2024, a redução da capacidade venezuelana, somada a pressões sobre o México e à política externa americana, provocou queda significativa nas importações — cerca de 35% em 2025. Ao mesmo tempo, dificuldades financeiras limitaram a capacidade de pagamento do país.

O ponto decisivo, porém, foi geopolítico. O endurecimento das sanções e a interrupção de fluxos petrolíferos configuraram um bloqueio energético mais amplo. Paralelamente, tensões no Golfo Pérsico e conflitos envolvendo o Irã restringiram alternativas de fornecimento.

O resultado é a vulnerabilidade sistêmica. O abastecimento tornou-se incerto e irregular. A chegada ocasional de petróleo russo, suficiente para poucos dias, ilustra um sistema que opera no limite.

Taiwan e a dependência de petróleo com características do século XXI

A vulnerabilidade energética de Taiwan, por sua vez, decorre de sua própria estrutura econômica. Trata-se de uma economia altamente industrializada que importa cerca de 98% da energia que consome, principalmente petróleo, carvão e gás natural.

Sua matriz elétrica depende fortemente de usinas térmicas, com crescente participação do gás natural. Isso significa que Taiwan não controla a produção de sua energia, apenas o ponto final de uma longa cadeia logística global.

Essa cadeia começa, em grande parte, no Golfo Pérsico, atravessa o Estreito de Ormuz, o Oceano Índico e o Estreito de Malaca até chegar ao Mar do Sul da China. Esses pontos são gargalos estratégicos, especialmente Ormuz e Malaca, cuja interrupção afetaria o sistema global.

A recente escalada de tensões envolvendo Estados Unidos e Irã trouxe essa vulnerabilidade à tona. Um bloqueio em Ormuz compromete diretamente o abastecimento taiwanês.

Essa dependência energética está diretamente ligada à estrutura produtiva global. Taiwan é o principal produtor mundial de semicondutores avançados. Empresas como a TSMC fabricam chips essenciais para setores como inteligência artificial, telecomunicações, automóveis e defesa.

A produção desses chips depende de processos industriais altamente intensivos em energia. A energia que chega em Taiwan sustenta diretamente a economia digital global.

Uma interrupção no fornecimento não afetaria apenas Taiwan, mas desencadearia efeitos em cadeia: paralisação industrial, aumento de custos e desorganização de mercados. Forma-se, assim, uma nova infraestrutura crítica, que conecta energia, tecnologia e logística global.

Nesse contexto, a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio ganha dimensão estratégica mais ampla. Ao influenciar a estabilidade do Golfo, Washington afeta diretamente o funcionamento do corredor energético que abastece Taiwan, e, com isso a indústria global de semicondutores e inteligência artificial.

Recentemente, a China propôs à ilha um acordo: segurança energética em troca de reunificação pacífica. A oferta inclui integração a um sistema energético continental menos vulnerável a rotas marítimas. Essa proposta redefine o conflito. A disputa deixa de ser apenas territorial e passa a envolver o controle dos fluxos energéticos que sustentam a economia digital.

Taiwan emerge, assim, como ponto de convergência entre dependência energética, centralidade tecnológica e vulnerabilidade geopolítica.

Projeção de poder energético sobre as ilhas: EUA e China

Cuba e Taiwan funcionam como espelhos invertidos e revelam dois modelos distintos de projeção de poder: o padrão americano e o padrão chinês.

Em Cuba, os Estados Unidos adotam uma estratégia de contenção. O embargo e as sanções buscam limitar a integração da ilha ao sistema internacional, restringindo fluxos energéticos, financeiros e comerciais. Trata-se de um modelo negativo: não incorpora, mas impede. A energia é utilizada como instrumento de pressão.

Em Taiwan, a China propõe uma abordagem distinta. Ao oferecer segurança energética em troca de reunificação, Pequim busca integrar a ilha a um sistema continental mais estável. Trata-se de um modelo positivo: a energia funciona como mecanismo de atração, ainda que condicionado politicamente.

Apesar das diferenças, há um elemento comum: o controle da energia é central para o exercício do poder. Em ambos os casos, a dependência energética define limites de soberania e autonomia.

A diferença está na forma de uso dessa dependência. O modelo americano opera pela escassez e pela pressão. O modelo chinês, pela promessa de estabilidade e integração. Mas ambos estão à espreita para que a insegurança energética das ilhas se converta em incorporação territorial.

Cuba e Taiwan, portanto, não são apenas casos isolados. Elas expressam uma transformação mais ampla do poder global, marcada pela crescente interdependência entre energia, tecnologia e geopolítica.

A COMPETIÇÃO E A GUERRA NO ESPAÇO SIDERAL

Por Wagner Sousa

A década de 1930 marcou o momento do desenvolvimento de um grande avanço técnico para o que viria a ser, no futuro próximo, os primeiros programas estatais espaciais: a tecnologia dos foguetes. O ator estatal pioneiro foi a Alemanha nazista, que investiu pesadamente nesta tecnologia, com intuítos militares. Sob a liderança do engenheiro aeroespacial Wernher Von Braun o desenvolvimento do V-2 transformou o foguete em uma realidade industrial e militar. Após a Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS competiram para capturar essa tecnologia, inclusive com a ajuda crucial de cientistas alemães.

A partir de então a corrida espacial tornou-se agenda de Estado e um dos símbolos na disputa entre capitalismo e comunismo. Os soviéticos se anteciparam e lançaram o primeiro satélite, Sputnik 1, em 1957 e também colocaram o primeiro homem em órbita, Yuri Gagarin, em 1961. A reação norte-americana viria com o programa Apollo e o pouso com humanos na Lua, em 1969, o que foi seguido de outras missões. Demonstração de superioridade tecnológica, defesa nacional (a tecnologia dos foguetes é empregada nos mísseis balísticos nucleares intercontinentais) e propaganda alimentaram os programas espaciais das chamadas superpotências na época.

A década de 1990 foi a do fim da Guerra Fria e do principal rival dos Estados Unidos de então, a União Soviética, foi o momento da celebração ideológica liberal do “Fim da História” e do chamado “momento unipolar” dos EUA, ou seja, uma hegemonia global incontestada, sem rivais à altura, uma ampla dominância política, econômica e tecnológica.

Neste contexto, a chamada “corrida espacial”, na qual a URSS era um concorrente à altura, em muitos momentos, com destaque para os iniciais, à frente dos Estados Unidos, pode-se dizer que esta desacelera substancialmente, com a Estação Espacial Internacional e a colaboração ativa entre EUA e Rússia sendo o principal símbolo deste novo momento.

O recente vôo exploratório da nave norte-americana Artemis II à órbita lunar trouxe novamente ao debate público a questão da exploração espacial e dos objetivos dos EUA, China e outros países. Embora persistam a busca do prestígio e da influência geopolítica o

cenário atual é distinto, pois se ampliaram a gama de possibilidades de usos civis e militares do espaço e também as potenciais vulnerabilidades. Constelações de satélites, como as operadas em órbita baixa pela norte-americana *Starlink* se transformaram estrutura essencial da internet global, assim como há uma “Geopolítica de Dados”, a soberania nacional depende diretamente do monitoramento satelital e da defesa cibernética no espaço.

Com a expansão do uso dos satélites para comunicação, a entrada (principalmente no caso dos EUA) de empresas privadas (como *Blue Origin*, *Space X* e *Starlink*) na exploração do espaço (com a busca por viabilidade econômica, inclusive da mineração no espaço e colonização da Lua e de Marte) e a decisiva entrada chinesa nesta disputa, em associação com a Rússia, além da participação de outros *players* como Índia, Japão, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul, Turquia e Brasil, a disputa espacial voltou com força, embora a maior parte desses atores estatais esteja associado à China e/ou EUA, com a exceção da Índia, que busca um programa totalmente independente. Abaixo, de forma bastante sucinta, os objetivos de cada um dos quatro principais atores no setor espacial: Estados Unidos, China, Rússia e Índia.

EUA

Em 2019 foi criada a *Space Force*, um braço do Pentágono dedicado a gerir e monitorar o espaço para que a defesa e projeção de poder dos norte-americanos estejam articulados a partir de suas estruturas espaciais. Um dos principais objetivos é tornar tecnicamente viável o “Domo de Ouro”, a defesa antimísseis projetada para proteger todo o território dos Estados Unidos inspirada no “Domo de Ferro” israelense. Outros países como Rússia, China, Reino Unido, França e Índia também já estabeleceram seus ramos militares espaciais. O objetivo dos EUA no espaço é seguir na liderança desta “corrida” e ter o espaço como um dos alicerces de sua hegemonia mundial, exploração, como se buscou explicar neste texto, com cada vez mais implicações civis e militares. Buscam, através dos Acordos Ártemis, estabelecer normas internacionais que permitam a exploração de recursos lunares (mineração) e criação de “zonas de segurança”. Para tanto têm incluído empresas privadas (o estabelecimento de bases na Lua e futuramente em Marte são dois dos principais objetivos) neste empreendimento civil-militar, tido como fundamental para a economia, as comunicações e as Forças Armadas dos Estados Unidos.

China

A China executa nesta área um plano de longo prazo gerido pelo Estado. Os investimentos no programa espacial foram substancialmente aumentados a partir da década de 2010, condizente com a diretriz do país que quer primazia tecnológica e total independência. Seu sistema de navegação global, Beidu, compete com o GPS norte-americano e tem como objetivo que toda a infraestrutura crítica chinesa e de seus parceiros na “Nova Rota da Seda” dependa deste software, garantindo soberania digital e militar. O país também desenvolve foguete com capacidade semelhante ao *Starship*, da *Space X* (o Longa Marcha 9) para construir grandes estruturas no espaço, sem ajuda externa. A Lua é colocada como território para desenvolvimento econômico, Pequim tem interesse no Hélio-3 lunar, um combustível potencial para ser usado na produção de energia a partir de fusão nuclear e com a Estação Espacial de Pesquisa Lunar, a ser construída no Polo Sul da Lua, junto com a Rússia e outros parceiros, a China quer estabelecer os padrões técnicos e jurídicos de como a mineração lunar será feita, antecipando-se aos Acordos Ártemis, dos EUA. Tem como objetivo também construir a infraestrutura sob seu comando a ser usada por países do Sul Global, deslocando-os da influência dos EUA e da Europa. Um dos objetivos principais está na seara militar e prevê a superioridade em relação aos Estados Unidos, com capacidade de “cegar” ou destruir os seus satélites e empreender guerras cibernéticas.

Rússia

A estratégia russa de desenvolvimento do seu programa espacial, através da agência estatal Roscosmos, não tem mais como objetivo a busca da liderança na área, como no período da URSS. O país busca usar sua experiência para estar na vanguarda tecnológica em setores específicos, extrair vantagens de capacidades que nenhum outro país tem. E busca esta estratégia em associação com a China. O fator orçamentário tem grande peso para um país em guerra e sob sanções do Ocidente. Embora tenha o terceiro orçamento dentre os programas espaciais, os US\$ 2,5 bilhões de dólares anuais estão bem abaixo dos estimados 12 a 15 bilhões de dólares do orçamento chinês ou dos 26 bilhões de dólares dos Estados Unidos. Se levado em conta o critério Paridade de Poder de Compra a diferença nos orçamentos é menor, pois se considera os custos internos de cada país. Os russos desenvolvem o “Projeto Zeus”, um rebocador espacial movido a propulsão nuclear (diferente da propulsão química usada por EUA e China), é uma tecnologia considerada disruptiva, permitirá viagens muito mais rápidas, com manobras que os foguetes convencionais não conseguem fazer; outra

meta é construir uma usina nuclear no Polo Sul Lunar, transformando o país em provedor de energia no satélite terrestre; estão também construindo a Estação Orbital Russa (ROS) com lançamento dos primeiros módulos entre 2027 e 2028 para monitorar todo o território russo e a Rota do Ártico, o que combina pesquisa científica com vigilância estratégica nacional. Energia nuclear espacial, motores de plasma e estações espaciais são nichos nos quais a Rússia quer se concentrar para se manter entre os primeiros na exploração espacial.

Índia

Os indianos trabalham para ser um terceiro polo alternativo aos Estados Unidos e ao consórcio sino-russo. Dispõem de uma imensa quantidade de mão-de-obra qualificada em engenharia com salários bem mais baixos comparados a outros países, o que faz programa espacial indiano estar conseguindo muitas realizações com um orçamento bem menor do que os de EUA e China. Ainda neste ano, o país deverá se juntar a norte-americanos, chineses e russos com uma das nações capazes de colocar humanos no espaço de forma independente; até 2035 planejam ter sua própria estação espacial. Com os já mencionados custos mais baixos, a Índia quer se tornar “o lançador do mundo” de satélites e vencer a competição com empresas dos EUA e Europa com preços mais baixos e confiabilidade. Em associação com o Japão, os indianos pretendem enviar entre 2026-2027 expedição para investigar qualidade e quantidade de água, no Polo Sul da Lua e lançar a missão *Shukrayaan-1*, para colocá-los na vanguarda dos estudos acerca da atmosfera de Vênus. O Primeiro-Ministro Narendra Modi estabeleceu como meta que primeiro indiano deve pisar na Lua até 2040.

A pressa de EUA e China para se estabelecer na Lua tem relação com a definição das regras de como funcionará a presença no satélite terrestre, sua exploração econômica e a questão da segurança. Vale para a Lua, para Marte e possivelmente além. A exploração do espaço vive um renascimento, o que envolve evidentemente poder, grandes somas investidas e avanços técnicos. Desta disputa virá a definição de leis, o que mudará no “Direito Espacial”, como será o “Direito Lunar”, etc. Teremos guerras no e a partir do espaço? De certa maneira é uma espécie de período fundacional, a projeção da espécie humana no espaço, com múltiplas identidades nacionais e interesses, como componente da disputa entre as nações na Terra.

TAIWAN: UMA REVOLUÇÃO DIPLOMÁTICA NO ESTREITO DE TAIWAN?

Por Elias Jabbour

Não estarei exagerando em afirmar que a recente visita da líder da oposição em Taiwan, Cheng Li-wun, marca o início de uma verdadeira revolução geopolítica mundial. Explico. Desde a revolução socialista de 1949, momento aquele que marca a maior derrota geopolítica da história dos EUA, ao se tornar refúgio seguro para os nacionalistas derrotados, por tabela tornou-se tanto o calcanhar de Aquiles dos esquemas geopolíticos chineses quanto um imenso ativo dos Estados Unidos na região. Bom lembrar que General Douglas MacArthur cunhou a frase "Taiwan é um porta-aviões que não se pode afundar", sublinhando a importância estratégica da ilha para a projeção de poder americano no Pacífico.

Desde então a ilha onde habitam apenas 23,5 milhões diante de um continente com cerca de 1,4 bilhão de habitantes passou a ser um palco privilegiado de testes das relações da China com o mundo. E da relação dos EUA com a própria China. Ponto zero para a política externa chinesa, o reconhecimento da existência de uma só China tendo Pequim como capital foi ganhando corpo nas décadas de 1950 e 1960 até, sob o apanágio estadunidense, em 1971, o continente tomou o lugar que Taiwan ocupava na ONU. A situação de ter uma olha representando todo um continente era uma situação tão absurda que o boicote soviético a uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, por conta do assento ocupado por Taiwan, possibilitou a entrada dos Estados Unidos na guerra da Coreia...

Em cerca de 50 anos todo um arcabouço político-institucional foi construído para testar, primeiro em Hong-Kong e Macau, os moldes de uma reunificação total do país sob o manto do chamado "um país, dois sistemas". As reformas econômicas de 1978 e a crescente influência do continente como gerador de efeitos de oferta e demanda para todo o mundo levou a um enquadramento de Taiwan à órbita da economia da República Popular. A reunificação deixou de ser uma questão marcada por imensos obstáculos econômicos para algo mais difícil e complexo. Algo quase que exclusivamente militar cuja saída fora do contexto de uma ocupação militar do continente

dependia (e depende) muito do declínio do poder estadunidense no mundo.

Ora, o declínio deste poder – com direito à existência de dezenas de bases militares dos EUA em torno da China e a incessante venda de armas para a ilha, além de crescente (e tresloucado) apoio político estadunidense a setores abertamente separatistas e que ocupam o governo de Taiwan – depende muito da capacidade da própria população de Taiwan de perceber a incapacidade dos EUA em “proteger” a ilha de um ataque do continente ou simplesmente os próprios Estados Unidos tomaram a insana decisão de destruir militarmente toda a cadeia produtiva de semicondutores existentes na ilha e que gira em torno da gigante TSMC.

Ora, não estaríamos diante de uma situação onde as petromonarquias árabes, que assistiram todas as bases militares dos EUA alojadas em seu território sendo destruídas – uma a uma – pelo poder de fogo iraniano, estariam percebendo o perigo de serem aliadas dos EUA e perceberem na China um parceiro mais estável e confiável? Por qual razão o mesmo não poderia estar ocorrendo com Taiwan?

Não é nada trivial uma líder de um partido de oposição de Taiwan enfrentar as ameaças de prisão caso viajasse ao continente e após dez anos sem contato, um líder do Kuomintang voltar a visitar a República Popular. Mais do que isso, fora uma longa visita onde todos os lugares simbólicos por onde o eco do legado de Sun Yatsen, reivindicado por ambos os lados do estreito, tiveram a presença e a reverência de Cheng Li-wun.

O caminho até aqui não foi nenhum pouco suave. Existem as barbaridades estadunidenses evidenciado o grau de perigo que seus fiéis aliados estariam correndo caso mantivessem fidelidade canina. Mas também o continente construiu capacidades militares suficientes para demonstrar que não somente poderia isolar completamente Taiwan do resto mundo (por ar, mar e terra) quanto estaria pronta em alguns anos para intervir diretamente na ilha. De forma calculada o termo “reunificação pacífica” tem sido deixado de lado e tom tem subido por parte de Pequim.

O sinal estratégico é claro e aponta para uma revolução geopolítica onde a rejeição estadunidense no Oriente Médio poderá chegar à Ásia com a Coreia do Sul condenando o genocídio em Gaza e a agressão em conjunto do imperialismo e o sionismo contra ao Irã e Taiwan prestes a mudar de comando com a volta do Kuomintang ao governo da província. O futuro a mim é muito claro com uma

reunificação total ainda sem horizonte, mas com a manutenção do atual status quo, que na verdade é o grande desejo dos comunistas que controlam o continente. Ainda existe, e existirá EUA, no mundo por muito tempo. Mas talvez sem mais capacidade de ditar o destino de mais ninguém. Inclusive de Taiwan.

O início de um fim iniciado com a própria derrota dos EUA na China continental em 1949.

O MISTÉRIO CHAMADO MAGYAR.

Por *Flavio Aguiar*

Qual o significado da troca de comando na Hungria, caindo Viktor Orbán e subindo Peter Magyar?

É mais fácil fazer a pergunta do que desenhar com clareza uma resposta.

Imagine um labirinto como o de Creta, mas inundado de água: esta é uma boa metáfora da política húngara nos últimos anos do século XX e nas primeiras décadas do XXI.

Mihaly Viktor Orbán, nascido em março de 1963, hoje com 63 anos, foi o peixe escorregadio que conseguiu nadar neste aquário tortuoso e cheio de armadilhas, até seu relativo esgotamento nas eleições deste ano, quando as perdeu para seu antigo aliado e súdito, Peter Magyar, por sua vez nascido em 1981, hoje com 45 anos, o novo peixe que se prepara para enfrentar a natação no labirinto. Quase vinte anos de idade separar os dois políticos.

Cito estas datas e idades porque é importante compreender que, apesar de menos de duas décadas de distância, eles pertencem a duas gerações muito diferentes entre si.

Orbán nasceu menos de sete anos depois do fracassado levante húngaro de outubro de 1956 contra os soviéticos. Os anos iniciais de sua formação pessoal e política foram marcados pela progressiva busca do Ocidente como alternativa ao mundo soviético e sua habilidade para nadar e se esgueirar no aquário do mundo comunista. Ele preservou essa hábil ambiguidade até hoje, levando-o a tornar-se o governante mais longevo da história húngara moderna, tendo sido primeiro-ministro de 1998 a 2002 e de 2010 a 2026. Seus prontuários policiais e outros do ancien régime o descrevem como um fiel cidadão da Hungria comunista até a reviravolta capitalista do final do século passado. Ainda assim, fica muito clara sua aproximação progressiva do mundo ocidental, incluindo aí a Fundação George Soros e universidades inglesas, até sua profissão de fé anti-comunista e sua posterior liderança de um partido, o Fidesz, declarado conservador, nacionalista e cristão tradicional. “Fifrsz” é um acrônimo para “União dos Jovens Democratas”.

A ambiguidade como estilo fez Orbán reunir princípios econômicos neo-liberais, como os dogmas de austeridade e redução de impostos, com políticas sociais efetivas na educação e na saúde .

Sua política externa também foi marcada pela ambiguidade, embora ele seja descrito geralmente como inteiramente pró-Rússia de Vladimir Putin. No final do século passado Orbán foi se distanciando da Rússia. Foi sob Orbán que a Hungria aderiu à OTAN em 1999. Só se reaproximou de Moscou, sem romper com a OTAN, a partir de 2014, tendo como eixo deste movimento e questão energética combinada com as consequências da crise bancária e financeira de 2008 na Europa Ocidental. A Hungria depende a fundo do gasoduto que, atravessando a Ucrânia, chega da Rússia até ela. Esta dependência determinou uma tensão permanente com Kiev, intensificada depois da invasão russa de 2022. Orbán condenou a invasão, mas ao mesmo tempo tornou-se uma barreira relativa para a União Europeia intensificar sua campanha antirussa na Ucrânia.

Um componente importante desta complexidade política é a existência de uma diáspora húngara nos países vizinhos ou próximos, como na Ucrânia, na Romênia e nos Bálcãs. Esta diáspora serviu de base e pretexto para Orbán manter estes países sob pressão húngara, atendendo a um esforço para tornar-se uma liderança regional em região em disputa entre o Ocidente e a Rússia, outro fator que explica a ambiguidade dele entre os dois polos.

Com o passar dos anos e dos mandatos, o governo de Orbán foi se tornando mais e mais autocrático internamente, investindo no controle da mídia, do judiciário, em políticas moralistas como as anti-LGBTQ, reafirmando seu empenho por uma “Europa Cristã” e anti-imigrante, embora por vezes, diante de eventuais faltas de mão de obra, Orbán tenha facilitado a imigração, mais uma marca de suas ambiguidades.

Ao mesmo tempo, seu governo tornou-se alvo de crescentes denúncias de corrupção, envolvendo práticas que iam de favorecimentos financeiros de amigos e aliados até acobertamento de casos de pedofilia. Estas denúncias abriram o caminho para seu antigo aliado e súdito, Peter Magyar, tornar-se seu principal opositor, saindo do Fidesz, filiando-se a um pequeno partido já existente, o Tisza, até transforma-lo no gigante que neste ano conquistou uma maioria esmagadora no parlamento, deslocando Orbán do poder. “Tisza” é o nome do maior rio da Hungria, significando simbolicamente a unidade nacional, compreendido também como um acônimo de “Respeito” e “Liberdade”, e simbolizando “Limpeza”.

Magyar também é uma figura política ambígua. Severas acusações pesam contra ele, sobretudo as de violência doméstica por sua ex-esposa, Judit Varga. Mas nenhuma acusação atravessou seu caminho a ponto de impedir sua vitória neste ano. Magyar é um político jovem, identificado com a atração que o Ocidente, ou o que

resta dele, exerce sobre a juventude nos países egressos do comunismo e do Pacto de Varsóvia, como na Geórgia, na Polônia e nos países do Báltico.

Magyar deu início a uma revisão das leis mais draconianas de Orbán. Ao mesmo tempo, enquanto se declara pró-europeu e até pró-adoção do euro como moeda, diz que de momento não pretende romper com a Rússia, embora queira diminuir a dependência de seu país em relação ao gás e aos financiamentos energéticos de Moscou. Ou seja, a política das ambiguidades vai continuar.

Entretanto, é certo que a saída de cena de Orbán abre o caminho para que a União Europeia intensifique sua hostilidade em relação à Rússia, elevando o tom retórico e a possibilidade que se passe da retórica à ação das armas, o que seria uma catástrofe do tamanho da Primeira Guerra Mundial. Ou pior.

Quanto a Orbán, apesar de sua queda, ele ainda tem muito fôlego para continuar sua natação no plano ideológico, pelo menos. Desfruta de aliados importantes, como Trump, Milei, Bolsonaro, no AfD alemão e em outros países onde a extrema-direita cresça. Sempre teve o ideal de tornar-se um ideólogo da direita no plano internacional. Pode ser que agora, livre das peias de governar, possa realizar este seu sonho. Prova disto é que anunciou sua renúncia à cadeira que ainda teria no parlamento e sua intenção de permanecer na presidência do Fidesz.

A DESINTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Por Pedro Silva Barros

A América Latina — e, de forma mais aguda, a América do Sul — atravessa um período de fragmentação política e desintegração econômica que compromete sua capacidade de ação coletiva e amplia sua vulnerabilidade externa. Desde meados da década de 2010, houve uma inflexão recente no processo de integração regional da América do Sul: a paralisação de mecanismos como a UNASUL e o esvaziamento de instâncias técnicas como o Cosiplan desarticularam a coordenação intergovernamental em áreas estratégicas, como infraestrutura, energia e logística. Esse enfraquecimento institucional foi acompanhado por forte retração do comércio intrarregional — no caso brasileiro, as exportações para a região caíram cerca de 35% em termos reais entre 2011 e 2025 —, revertendo um ciclo anterior de expansão baseado em maior coordenação política e integração produtiva.

O resultado não é apenas a perda de densidade econômica regional, mas também a substituição de vínculos integradores por estratégias nacionais isoladas e, muitas vezes, concorrentes, com efeitos concretos como menor capacidade de barganha internacional, reforço de especializações primárias e maior isolamento logístico entre países vizinhos.

Esse processo ocorre em paralelo a uma polarização multinível, que atravessa tanto as relações entre países quanto o interior de cada sociedade. A fragmentação não é apenas ideológica, mas institucional: faltam mecanismos de governança capazes de coordenar políticas de longo prazo e mediar conflitos. A infraestrutura deixa de atuar como vetor de integração e passa a reproduzir assimetrias, conectando economias de forma fragmentada e subordinada a interesses externos. Inserida em um cenário global de rivalidade crescente — entre Estados Unidos e China, entre blocos geopolíticos e com instabilidade no Oriente Médio —, a região perde capacidade de inserção soberana justamente quando seus recursos naturais, energéticos e de biodiversidade ganham centralidade estratégica.

O Peru condensa esse quadro de forma exemplar. O país combinou, por quase três décadas, crescimento sustentado pela exportação de minerais com um sistema político frágil e pouco enraizado socialmente. Esse arranjo gerou um paradoxo:

estabilidade relativa e expansão econômica convivendo com baixa legitimidade dos governos e elevada volatilidade partidária. A desconexão entre elites políticas e territórios — especialmente nas regiões extrativistas — limitou a formação de bases duradouras. Esse equilíbrio precário foi rompido com a Lava Jato, que desorganizou lideranças e partidos sem produzir um sistema substituto, levando à implosão do ciclo de estabilidade observado entre 2001 e 2016.

Desde então, o Peru opera em crise permanente, com Executivos isolados e um Legislativo fragmentado, incapazes de construir maiorias estáveis. O segundo turno entre Keiko Fujimori e Roberto Sánchez expressa essas clivagens estruturais — territoriais, sociais e institucionais — mais do que uma disputa entre projetos consolidados. Trata-se de um sistema que reproduz ciclos de instabilidade, independentemente do resultado eleitoral, ilustrando como a combinação entre fragmentação política e um modelo econômico pouco integrado territorialmente gera desintegração institucional persistente.

No plano regional, tensões bilaterais evidenciam o uso político de conflitos externos. As fricções entre Equador e Colômbia podem ser interpretadas como provocação do governo Noboa, com objetivos domésticos e impacto sobre o processo eleitoral colombiano. O país se aproxima de uma disputa polarizada após a ascensão de Gustavo Petro. Iván Cepeda, candidato do Pacto Histórico, lidera as pesquisas ao unificar o campo progressista e ampliar apoio entre setores moderados que rejeitam a radicalização do uribismo e sua aproximação com a agenda de Trump. A oposição aparece dividida entre Paloma Valencia, representante do campo tradicional vinculado a Álvaro Uribe, e Abelardo de la Espriella, que ocupa o espaço da extrema direita.

Nesse quadro, a pressão dos Estados Unidos sobre o governo Petro — por meio de ameaças econômicas e acusações diretas — insere-se no ambiente eleitoral, mas não tem fortalecido a oposição. Ao contrário, tende a reforçar a coesão governista e a ampliar a resistência de setores de centro a candidaturas associadas a agendas externas mais agressivas. Assim, a combinação entre polarização interna e pressão externa reorganiza a disputa em torno da rejeição ao radicalismo, consolidando Cepeda como polo de convergência e evidenciando o papel crescente da política externa nas dinâmicas domésticas.

Na Argentina, Javier Milei enfrenta o pior nível de aprovação de seu governo, mesmo com apoio externo recorde de instituições multilaterais, refletindo os custos sociais de um programa baseado em ajuste fiscal acelerado, liberalização econômica e retração do

Estado. O núcleo desse desgaste está no aprofundamento do conflito distributivo, com recomposição de preços e cortes de gastos recaindo de forma desproporcional sobre os segmentos de menor renda e setores voltados ao mercado interno. Enquanto grupos financeiros e exportadores se beneficiam, ampliam-se a perda de poder de compra, a precarização e a pressão sobre serviços públicos. Esse descompasso intensifica a polarização e fragiliza a legitimidade do governo.

No Chile, o início do chamado “governo de emergência”, liderado por José Antonio Kast, sinaliza uma inflexão conservadora mais dura. Medidas como o escudo fronteiriço e reformas fiscais regressivas indicam uma agenda de controle territorial e reconfiguração do Estado em favor de segmentos de maior concentração de renda e capital. Embora esses movimentos dialoguem com tendências regionais, a articulação entre governos ocorre de forma mediada por interesses mais amplos, frequentemente alinhados à estratégia política de Donald Trump, que serve de base para iniciativas como o “Escudo das Américas”.

A reunião realizada em 7 de março de 2026, no resort Trump National Doral, em Miami, é particularmente reveladora. Em primeiro lugar, a narrativa de segurança — centrada no combate ao narcotráfico e ao terrorismo, em linha com a doutrina da OEA — retoma padrões históricos de intervenção e legitima a ampliação de mecanismos de controle regional. Esses argumentos vêm sendo mobilizados para ações extremas, como o sequestro do presidente Nicolás Maduro em janeiro. Ao mesmo tempo, a composição do encontro — restrita a 12 países alinhados e sem Brasil, México e Colômbia — revela um recorte ideológico e a tentativa de formação de um bloco político subordinado à agenda de Washington.

Em segundo lugar, os objetivos reais apontam para o controle de recursos estratégicos, em que o “narcoterrorismo” funciona como cortina de fumaça para interesses mais amplos. A Amazônia, o Caribe e outras áreas ricas em biodiversidade e energia tornam-se centrais na disputa geopolítica. Essa lógica se expressa em iniciativas como a operação conjunta entre Estados Unidos e Reino Unido que resultou na apropriação de urânio enriquecido da Venezuela no início de maio. Por fim, consolida-se um mecanismo de alinhamento assimétrico, no qual governos trocam apoio externo por fidelidade em agendas sensíveis, aprofundando a dependência regional.

A América do Sul entra em um ciclo eleitoral decisivo, passando por Peru e Colômbia e culminando em outubro no Brasil. Diferentemente de 2018, candidaturas de extrema direita passaram a questionar abertamente princípios como autodeterminação,

solução pacífica de conflitos e integração regional. O discurso de lançamento de campanha de Bolsonaro Filho, em Dallas, em inglês, com defesa explícita de intervenção externa, sintetiza esse deslocamento e marca um nível de alinhamento que, em outros momentos históricos, seria inaceitável mesmo no campo conservador.

A atual “baixa temperatura” nas relações entre Brasil e Estados Unidos — especialmente após o encontro deste mês na Casa Branca entre Lula e Donald Trump — deve ser entendida como recuo tático após o auge das tensões de 2025, marcado por tarifas e aplicação da Lei Magnitsky contra autoridades brasileiras. Esse arrefecimento reflete tanto o interesse estratégico em minerais críticos e outras agendas centrais na disputa entre Estados Unidos e China — como energia, infraestrutura e cadeias de suprimento —, que reconfigura profundamente dinâmicas regionais e padrões de inserção internacional, quanto o reconhecimento de que o Brasil exerce hoje uma política externa relativamente autônoma, impondo limites a formas mais diretas de pressão externa. Com o avanço da polarização, porém, as possibilidades de nova ingerência tendem a crescer. Nesse contexto, a desintegração regional deixa de ser apenas uma condição de fundo e se converte em um risco estratégico imediato, capaz de comprometer de forma duradoura a autonomia e os fundamentos da soberania sul-americana.

A GUERRA, A PAZ E O “INIMIGO NECESSÁRIO”

Por José Luís Fiori

Charles Tilly, destacado sociólogo, historiador e cientista político norte-americano, publicou – no início dos anos 90 – uma obra muito importante sobre o papel das “guerras” na origem dos Estados nacionais europeus. Nesse livro, Tilly apresenta alguns números impressionantes – por exemplo, que entre os anos 1400 e 1800, foi travada no mundo, em média, uma nova guerra a cada três anos; entre 1800 a 1944, uma a cada um ou dois anos; e a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos uma a cada quatorze meses.

Na sequência, logo depois do fim da Guerra Fria, na década de 90, os EUA participaram de 48 “intervenções militares” em todo o mundo, segundo Andrew Bacevich, outro historiador americano, especialista em segurança internacional. E a partir de 2001, os EUA e seus aliados europeus estiveram envolvidos numa guerra contínua no Oriente Médio, chegando a bombardear até seis países simultaneamente. Até o momento em que a guerra voltou ao coração da Europa, em 2022, envolvendo a Rússia, a Ucrânia, e a OTAN, antes de retornar, uma vez mais, ao Oriente Médio, com os ataques mais recentes de EUA e Israel contra o Irã, em julho de 2025, e em fevereiro de 2026.

Hoje o mundo convive com duas “grandes guerras”, na Ucrânia e no Irã, e mais um conflito regional entre Paquistão e Afeganistão, que envolvem, direta ou indiretamente, cinco potências atômicas. Esta é uma das razões pelas quais o Conselho de Segurança da ONU se encontra inteiramente esvaziado e impotente. Uma situação próxima do caos que recoloca, em caráter de extrema urgência, a questão milenar da origem das guerras e da transitoriedade dos “acordos de paz” assinados periodicamente pelas potências envolvidas nos infinitos conflitos travados ao redor do mundo, e muito em particular, dentro do “sistema interestatal” criado pelos europeus e que se universalizou na segunda metade do século XX.

Já faz tempo que a pesquisa antropológica e arqueológica acumula evidências de que a “violência” nasceu junto com os primeiros primatas, e foi companheira inseparável do Homo sapiens, através de todo o seu processo evolucionário. Mas a guerra, como forma regular, organizada e estratégica de exercício da violência entre os povos, só surgiu muito mais tarde, junto com as fronteiras

territoriais e o nascimento dos primeiros grandes impérios e civilizações, em torno do terceiro milênio antes da “era cristã”. A partir daí, a guerra se generalizou e se transformou no principal instrumento de conquista e dominação entre as cidades, repúblicas e os impérios. Na Europa, entretanto, depois do “Longo Século XIII”, entre 1150-1350 mais ou menos, a guerra passou a ocupar lugar cada vez mais central e dinâmico na competição entre os reinos e “feudos medievais”, sendo responsável pelo processo de centralização do poder que culminou com a formação dos primeiros “Estados nacionais”, entre 1450 e 1650. Nasceram ali também, simultaneamente, o “sistema interestatal europeu” e seus primeiros “impérios marítimos e coloniais” que se alargariam nos três séculos seguintes.

Nessa nova organização do poder territorial que se formou na Europa, a guerra com os vizinhos e contra os “povos colonizados” se transformou numa espécie de “correia de transmissão”, conectando o poder dos Estados com a expansão de suas “economias nacionais”, responsáveis pelo “financiamento” da própria guerra. Criou-se um circuito de acumulação de poder e riqueza que passou a funcionar automaticamente, como se fosse um mecanismo de relógio cada vez mais acelerado, até a formação do “modo de produção capitalista” propriamente dito, que nasceu também à sombra das guerras infinitas deste sistema de Estados nacionais e impérios coloniais.

Do ponto de vista histórico, portanto, se pode dizer que a guerra foi, desde o início, o principal instrumento a serviço da expansão do poder e da riqueza europeia. E a forma particular como se articularam o poder, a guerra e a acumulação da riqueza no território europeu talvez tenha sido a marca diferencial da Europa e de sua expansão vitoriosa nos séculos seguintes. Sobretudo depois que suas guerras se associaram de forma indissolúvel com o modo de produção e acumulação da riqueza capitalista. Além disso, foram as guerras também que criaram as primeiras hierarquias de poder dentro da própria Europa. Na verdade, a guerra acabou se transformando na condição básica de sobrevivência de cada uma de suas unidades territoriais de poder. E foi ela também que as aproximou, integrando-as, primeiro, em várias sub-regiões e, depois, dentro de um mesmo sistema unificado e interestatal.

Por isso, todas as suas unidades estão sempre obrigadas a se expandir, porque a guerra é uma possibilidade constante, e um componente essencial do cálculo político e estratégico de todas elas. Para todas essas unidades territoriais – sobretudo as mais poderosas –, existe sempre uma guerra possível, real ou imaginária, que justifica sua “preparação permanente” para o conflito. A presença contínua dessa “guerra futura” atua como estímulo para a

mobilização interna de recursos destinados à pesquisa e à inovação da tecnologia militar e para a ampliação dos arsenais de cada um desses “Estados-economias nacionais” guerreiros. Uma mesma energia que esteve na origem do capitalismo, como já dissemos, e que depois se transformou na mola propulsora de seu processo de acumulação infinita de capital.

Essa “compulsão expansiva”, que se universalizou na segunda metade do século XX, aponta na direção inevitável do monopólio. Isto é, todas as unidades competidoras se propõem, em última instância, a conquistar um poder global e incontrastável que possa ser exercido sobre um território cada vez mais amplo e unificado, sem fronteiras. Ao mesmo tempo, se alguma dessas unidades conseguisse se impor, de forma imperial, a todas as demais, implicaria a eliminação de todos os demais poderes territoriais concorrentes. Caso isso viesse a ocorrer, estaria suspenso – automaticamente – o próprio processo de acumulação do poder e de capital. Se a exclusividade fosse alcançada e se criasse uma situação de monopólio absoluto, o sistema entraria em crise, e tenderia a um estado de entropia por causa do desaparecimento das hierarquias, da competição e da guerra. Por isso se pode concluir que nem a hegemonia unipolar, nem o império são capazes de ordenar e pacificar o “sistema interestatal capitalista”. Mais do que isto, a única força que parece capaz de mantê-lo hierarquizado e pacificado temporariamente é a possibilidade permanente de uma nova guerra.

Resumindo o argumento: na medida em que as primeiras unidades de poder territorial europeias foram dando origem a estruturas de poder mais amplas e complexas por causa das guerras e da centralização do poder, duas coisas foram ficando cada mais claras: em primeiro lugar, foram as guerras que aumentaram os laços de integração e mútua dependência entre os poderes territoriais desse sistema político; em segundo, do ponto de vista estritamente lógico, os poderes vencedores não podem destruir seus concorrentes/adversários. Mais do que isto, se não houver uma “concorrência espontânea”, seus “poderes expansivos” terão que gerar seu próprio concorrente ou inventar adversários que permitam que o mecanismo desse relógio não pare jamais. Um segredo muito bem guardado pelos “senhores do mundo”: são eles mesmos que criam ou inventam, em última instância, seus adversários, que são indispensáveis para sua própria acumulação de poder e de riqueza.

E a chamada “potência hegemônica”, em particular, precisa estar sempre à frente de todos nesse processo, mesmo que seja obrigada a destruir as regras e instituições que ela mesma criou, num momento em que se sinta ameaçada, como está acontecendo,

de forma extraordinariamente clara, na relação dos EUA com seus antigos aliados europeus, e com todo o sistema internacional.

Nunca houve, nem haverá “paz perpétua” nesse sistema interestatal, porque ele e seus líderes, em particular, precisam da guerra para expandir seu poder. E o que é mais paradoxal, ele precisa da guerra para poder se “ordenar”, “hierarquizar” e “pacificar”. Nesse contexto, a luta pela paz se transformou numa bandeira e numa utopia dos que lutam para construir barreiras éticas e jurídicas de contenção do “rolo compressor” das grandes potências.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº17 - Maio/2026